

Carta aos Deputados e Senadores do RN

Contra a ameaça de rebaixamento do salário dos servidores públicos federais

O Sindicato dos Professores da UFRN – ADURN-SINDICATO, representa o conjunto de docentes, ativos e aposentados da UFRN, que soma cerca de 4.000 pessoas e atua no campo sindical desde agosto de 1979, sempre na defesa do interesse dos professores e da instituição que os acolhe.

Estamos acompanhando os acontecimentos derivados do grave problema social, em virtude da pandemia COVID-19, que assola a humanidade nesse momento, e estamos atentos a todas as ações locais e nacionais, que envolvam a proteção às pessoas e a manutenção, pelo mínimo, dos serviços públicos, fundamentais nesse momento. Num cenário de crise econômica, aprofundada pela pandemia e com a previsão, feita pelo próprio governo, de que o crescimento do PIB em 2020, que era de um crescimento de 2,2%, reduziu-se a 0,02%, ou seja, estamos diante de um cenário em que a saúde e a economia do Brasil serão duramente testadas.

Propostas de combate aos efeitos econômicos da pandemia tem sido apresentadas, das mais diversas formas e, como sindicato, vemos com inquietude a falta de uma proposta de política econômica que tenha como premissa a proteção social dos 170,3 milhões de pessoas que formam a Força de Trabalho desse país, conforme dados do IBGE, muito especialmente os que estão efetivamente ocupadas, que somam 92,1 milhões de pessoas. Mas não deixamos de considerar a necessidade de salvaguardar as empresas da abrupta queda de receitas e o encolhimento brutal da sua margem de lucro, ou seja, o Sindicato acredita que temos que debater um plano emergencial que tenha como pressuposto manter as empresas e o consumo dos trabalhadores.

Somos servidores públicos federais, contingente que, entre ativos e aposentados, chega a 1,1 milhão de trabalhadores e que, somados aos servidores públicos estaduais, municipais e de militares, é de 11,5 milhões de trabalhadores, com potencial consumo real e que, no caso do Rio Grande do Norte, que tem uma Força de Trabalho estimada em 1,3 milhão de pessoas, somamos 200 mil, nas três esferas da Federação, um segmento que, dada a sua condição de trabalho, representa um elemento importante na esfera do consumo, um dos principais suportes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal imposto estadual.

É nesse cenário que as propostas, que começam a se concretizar no parlamento brasileiro, versam sobre uma possível redução salarial dos servidores públicos de uma maneira geral, chegando ao nosso conhecimento a proposta de Projeto de Lei do deputado Carlos Sampaio e

a Proposta de Emenda à Constituição, do deputado Ricardo Izar, ambos tratando da redução de salários, especialmente o PL de Carlos Sampaio, que, por oportuno manifestamos que é inconstitucional um projeto de lei versar sobre mudanças na Constituição.

O Sindicato considera inoportuna e inconveniente essa proposta por duas razões básicas : a primeira é a falta de elementos que sejam considerados claros com relação ao impacto dessa redução nos recursos para o combate à pandemia; e a segunda é que essa proposta tem impacto na já debilitada economia brasileira, na medida em que passa a restringir o consumo de um segmento da população que tem possibilidade de manter suas expectativas de abarcar a produção das empresas.

O Sindicato reitera que é necessário um aporte de recursos que permitam aos trabalhadores afetados pelo isolamento social, um consumo mínimo, que permita a sobrevivência nesse período, das diversas cadeias produtivas e está ciente da responsabilidade dos servidores públicos em garantir, nesse cenário, o funcionamento, com responsabilidade, da máquina pública.

Senhores deputados e senadores, nossa categoria vem enfrentando, já há algum tempo, achatamento salarial decorrente de quatro anos sem nenhum tipo de reajuste; sem a alteração nas tabelas do Imposto de Renda; e recentemente, no aumento da alíquota da Contribuição Previdenciária, o que fez comprimir os salários e proventos dos servidores públicos federais.

Queremos e desejamos contribuir com a nação, fortalecendo a qualidade dos serviços públicos, mas temos a certeza de que diminuir renda, em meio a uma devastadora crise econômica e social, não contribui para que tenhamos força para sair dessa situação tão desalentadora. Pedimos, por conseguinte, aos senhores deputados, eleitos com o voto dos potiguares, que sejam contrários a quaisquer propostas que signifique compressão salarial, enfraquecendo os servidores públicos num momento tão importante para o país.

Diretoria do ADURN-Sindicato